ÍNDICE

Nota Prévia	11
Siglas e abreviaturas	13
Nota de leitura	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I. O ÂMBITO DA PATENTE E AS REIVINDICAÇÕES	31
1. Origem e consagração legal do sistema de reivindicações	31
1.1. Enquadramento do tema	31
1.2. A definição do objeto da proteção com base na descrição	32
1.3. A definição do objeto da proteção com base nas	
reivindicações	33
1.4. A implementação do sistema de reivindicações em Portugal	37
1.5. A implementação do sistema de reivindicações no direito	
internacional	39
2. A função das reivindicações	41
2.1. Enquadramento do tema	41
2.2. A definição central do âmbito da patente	43
2.3. A definição periférica do âmbito da patente	48
2.4. A harmonização legal promovida na Europa pela CPE	55
2.5. A função das reivindicações em Portugal	66
2.5.1. O período anterior à CPE	66
2.5.2. O impacto da CPE na lei portuguesa e a função das	
reivindicações nos CPI de 2003 e de 2018	70

3.1. Enquadramento do tema 3.2. A necessidade de interpretação e o recurso à descrição e aos desenhos 3.3. A interpretação das reivindicações como um negócio jurídico 3.4. Critérios interpretativos das reivindicações 3.5. O perito na matéria 3.6. A ponderação dos elementos interpretativos das reivindicações; o significado normal da terminologia e o significado atribuído na descrição 3.7. Interpretação restritiva e interpretação ampla da terminologia utilizada na redação das reivindicações 3.8. Interpretação das reivindicações com base no processo de concessão da patente e em litígios posteriores 3.9. Outros elementos interpretativos CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 2.2. Nos tribunais norte-americanos 2.2.1. Acórdão Graver Tank 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 2.2.3. Acórdão Pennwalt 2.2.4. Acórdão Pennwalt 2.2.5. Acórdão Pennwalt 2.2.6. Acórdão Festo 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha) 2.3.3. Acórdão Schneidmesser	3.	A interpretação das reivindicações	78
3.2. A necessidade de interpretação e o recurso à descrição e aos desenhos 3.3. A interpretação das reivindicações como um negócio jurídico 3.4. Critérios interpretativos das reivindicações 3.5. O perito na matéria 3.6. A ponderação dos elementos interpretativos das reivindicações; o significado normal da terminologia e o significado atribuído na descrição 3.7. Interpretação restritiva e interpretação ampla da terminologia utilizada na redação das reivindicações com base no processo de concessão da patente e em litígios posteriores 3.9. Outros elementos interpretativos CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 2.2. Nos tribunais norte-americanos 161 2.2.1. Acórdão Graver Tank 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 2.2.3. Acórdão Pennwalt 2.2.4. Acórdão Pennwalt 2.2.5. Acórdão Festo 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha) 186		1 3	78
e aos desenhos 3.3. A interpretação das reivindicações como um negócio jurídico 3.4. Critérios interpretativos das reivindicações 3.5. O perito na matéria 3.6. A ponderação dos elementos interpretativos das reivindicações; o significado normal da terminologia e o significado atribuído na descrição 3.7. Interpretação restritiva e interpretação ampla da terminologia utilizada na redação das reivindicações 3.8. Interpretação das reivindicações com base no processo de concessão da patente e em litígios posteriores 3.9. Outros elementos interpretativos CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 2.2. Nos tribunais norte-americanos 2.2.1. Acórdão Graver Tank 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 2.2.3. Acórdão Pennwalt 2.2.4. Acórdão Festo 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)		•	
3.4. Critérios interpretativos das reivindicações 3.5. O perito na matéria 3.6. A ponderação dos elementos interpretativos das reivindicações; o significado normal da terminologia e o significado atribuído na descrição 3.7. Interpretação restritiva e interpretação ampla da terminologia utilizada na redação das reivindicações 3.8. Interpretação das reivindicações com base no processo de concessão da patente e em litígios posteriores 3.9. Outros elementos interpretativos CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 2.2. Nos tribunais norte-americanos 2.2.1. Acórdão Graver Tank 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 2.2.3. Acórdão Pennwalt 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 2.2.5. Acórdão Festo 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)		- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	81
3.4. Critérios interpretativos das reivindicações 3.5. O perito na matéria 3.6. A ponderação dos elementos interpretativos das reivindicações; o significado normal da terminologia e o significado atribuído na descrição 3.7. Interpretação restritiva e interpretação ampla da terminologia utilizada na redação das reivindicações 3.8. Interpretação das reivindicações com base no processo de concessão da patente e em litígios posteriores 3.9. Outros elementos interpretativos CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 2.2. Nos tribunais norte-americanos 2.2.1. Acórdão Graver Tank 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 2.2.3. Acórdão Pennwalt 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 2.2.5. Acórdão Festo 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)		3.3. A interpretação das reivindicações como um negócio jurídico	85
3.5. O perito na matéria 3.6. A ponderação dos elementos interpretativos das reivindicações; o significado normal da terminologia e o significado atribuído na descrição 3.7. Interpretação restritiva e interpretação ampla da terminologia utilizada na redação das reivindicações 3.8. Interpretação das reivindicações com base no processo de concessão da patente e em litígios posteriores 3.9. Outros elementos interpretativos CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 2.2. Nos tribunais norte-americanos 2.2.1. Acórdão Graver Tank 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 2.2.3. Acórdão Varner Jenkinson 2.2.5. Acórdão Festo 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)			93
3.6. A ponderação dos elementos interpretativos das reivindicações; o significado normal da terminologia e o significado atribuído na descrição 104 3.7. Interpretação restritiva e interpretação ampla da terminologia utilizada na redação das reivindicações 108 3.8. Interpretação das reivindicações com base no processo de concessão da patente e em litígios posteriores 116 3.9. Outros elementos interpretativos 140 CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 143 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 143 1.1. Enquadramento do tema 143 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 146 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 156 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 159 2.1. Enquadramento do tema 159 2.2. Nos tribunais norte-americanos 161 2.2.1. Acórdão Graver Tank 162 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 166 2.2.3. Acórdão Pennwalt 168 2.3.1. Acórdão Festo 175 2.3. Nos tribunais alemães 181 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha) 186			99
reivindicações; o significado normal da terminologia e o significado atribuído na descrição 3.7. Interpretação restritiva e interpretação ampla da terminologia utilizada na redação das reivindicações 3.8. Interpretação das reivindicações com base no processo de concessão da patente e em litígios posteriores 3.9. Outros elementos interpretativos CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 2.2. Nos tribunais norte-americanos 161 2.2.1. Acórdão Graver Tank 162 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 2.2.3. Acórdão Pennwalt 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 2.2.5. Acórdão Festo 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 181 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)		-	
e o significado atribuído na descrição 3.7. Interpretação restritiva e interpretação ampla da terminologia utilizada na redação das reivindicações 3.8. Interpretação das reivindicações com base no processo de concessão da patente e em litígios posteriores 3.9. Outros elementos interpretativos CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 2.2. Nos tribunais norte-americanos 2.2.1. Acórdão Graver Tank 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 2.2.3. Acórdão Pennwalt 2.2.4. Acórdão Festo 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)		reivindicações; o significado normal da terminologia	
3.7. Interpretação restritiva e interpretação ampla da terminologia utilizada na redação das reivindicações 108 3.8. Interpretação das reivindicações com base no processo de concessão da patente e em litígios posteriores 116 3.9. Outros elementos interpretativos 140 CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA 143 DOS EQUIVALENTES 143 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 143 1.1. Enquadramento do tema 143 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 146 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 156 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 159 2.1. Enquadramento do tema 159 2.2. Nos tribunais norte-americanos 161 2.2.1. Acórdão Graver Tank 162 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 166 2.2.3. Acórdão Pennwalt 168 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 170 2.2.5. Acórdão Festo 175 2.3. Nos tribunais alemães 181 2.3.1. Acórdão Formstein 181 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha) 186			104
utilizada na redação das reivindicações 3.8. Interpretação das reivindicações com base no processo de concessão da patente e em litígios posteriores 3.9. Outros elementos interpretativos CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 2.2. Nos tribunais norte-americanos 2.2.1. Acórdão Graver Tank 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 2.2.3. Acórdão Pennwalt 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 2.2.5. Acórdão Festo 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)		•	
3.8. Interpretação das reivindicações com base no processo de concessão da patente e em litígios posteriores 3.9. Outros elementos interpretativos 140 CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 2.2. Nos tribunais norte-americanos 2.2.1. Acórdão Graver Tank 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 2.2.3. Acórdão Pennwalt 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 2.2.5. Acórdão Festo 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)		- · · · · - · · · · · · · · · · · · · ·	108
3.9. Outros elementos interpretativos 140 CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 2.2. Nos tribunais norte-americanos 2.2.1. Acórdão Graver Tank 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 2.2.3. Acórdão Pennwalt 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 2.2.5. Acórdão Festo 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)		3.8. Interpretação das reivindicações com base no processo	
CAPÍTULO II. O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.4. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 1.5. Enquadramento do tema 1.5. Nos tribunais norte-americanos 1.6. 2.2.1. Acórdão Graver Tank 1.7. 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 1.8. 2.2.4. Acórdão Varner Jenkinson 1.7. 2.2.5. Acórdão Festo 1.7. 2.3. Nos tribunais alemães 1.8. 2.3.1. Acórdão Formstein 1.8. 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)		de concessão da patente e em litígios posteriores	116
143 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.56 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 1.59 2.1. Enquadramento do tema 1.59 2.2. Nos tribunais norte-americanos 1.61 2.2.1. Acórdão Graver Tank 1.62 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 1.63 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 2.2.5. Acórdão Festo 1.75 2.3. Nos tribunais alemães 1.81 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)		3.9. Outros elementos interpretativos	140
143 1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.56 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 1.59 2.1. Enquadramento do tema 1.59 2.2. Nos tribunais norte-americanos 1.61 2.2.1. Acórdão Graver Tank 1.62 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 1.63 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 2.2.5. Acórdão Festo 1.75 2.3. Nos tribunais alemães 1.81 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)	C	ADÍTH O H. O ÂMDITO DA DATENTE E A DOLUTDINA	
1. A origem da doutrina dos equivalentes e a inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.56 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 1.59 2.1. Enquadramento do tema 1.59 2.2. Nos tribunais norte-americanos 1.61 2.2.1. Acórdão Graver Tank 1.62 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 1.63 2.2.3. Acórdão Pennwalt 1.64 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 1.70 2.2.5. Acórdão Festo 1.75 2.3. Nos tribunais alemães 1.81 2.3.1. Acórdão Formstein 1.86			142
noção uniforme de equivalência 1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.56 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 1.59 2.1. Enquadramento do tema 1.59 2.2. Nos tribunais norte-americanos 1.61 2.2.1. Acórdão Graver Tank 1.62 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 1.66 2.2.3. Acórdão Varner Jenkinson 1.70 2.2.5. Acórdão Festo 1.75 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 1.81 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)			143
1.1. Enquadramento do tema 1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.56 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 1.59 2.1. Enquadramento do tema 1.59 2.2. Nos tribunais norte-americanos 1.61 2.2.1. Acórdão Graver Tank 1.62 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 1.66 2.2.3. Acórdão Pennwalt 1.70 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 1.70 2.2.5. Acórdão Festo 1.75 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 1.81 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)	1.		1/12
1.2. A origem e a consagração da doutrina dos equivalentes 1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 1.56 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 1.59 2.1. Enquadramento do tema 1.59 2.2. Nos tribunais norte-americanos 1.61 2.2.1. Acórdão Graver Tank 1.62 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 1.63 2.2.3. Acórdão Pennwalt 1.64 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 1.70 2.2.5. Acórdão Festo 1.75 2.3. Nos tribunais alemães 1.81 2.3.1. Acórdão Formstein 1.86		· ·	
1.3. A inexistência de uma noção uniforme de equivalência 2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 159 2.2. Nos tribunais norte-americanos 161 2.2.1. Acórdão Graver Tank 162 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 166 2.2.3. Acórdão Pennwalt 168 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 170 2.2.5. Acórdão Festo 175 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 181 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)		<u> </u>	
2. A aplicação da doutrina dos equivalentes noutras ordens jurídicas e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 2.2. Nos tribunais norte-americanos 2.2.1. Acórdão Graver Tank 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 2.2.3. Acórdão Pennwalt 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 2.2.5. Acórdão Festo 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão Formstein 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)			
e pela Câmara de Recursos do IEP 2.1. Enquadramento do tema 159 2.2. Nos tribunais norte-americanos 2.2.1. Acórdão <i>Graver Tank</i> 2.2.2. Acórdão <i>Hughes Aircraft</i> 2.2.3. Acórdão <i>Pennwalt</i> 2.2.4. Acórdão <i>Warner Jenkinson</i> 2.2.5. Acórdão <i>Festo</i> 2.3. Nos tribunais alemães 2.3.1. Acórdão <i>Formstein</i> 2.3.2. Acórdão <i>Improver</i> (Alemanha)	2	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	130
2.1. Enquadramento do tema 159 2.2. Nos tribunais norte-americanos 161 2.2.1. Acórdão Graver Tank 162 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 166 2.2.3. Acórdão Pennwalt 168 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 170 2.2.5. Acórdão Festo 175 2.3. Nos tribunais alemães 181 2.3.1. Acórdão Formstein 181 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha) 186	۷.		150
2.2. Nos tribunais norte-americanos 161 2.2.1. Acórdão Graver Tank 162 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 166 2.2.3. Acórdão Pennwalt 168 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 170 2.2.5. Acórdão Festo 175 2.3. Nos tribunais alemães 181 2.3.1. Acórdão Formstein 181 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha) 186		•	
2.2.1. Acórdão Graver Tank 162 2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 166 2.2.3. Acórdão Pennwalt 168 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 170 2.2.5. Acórdão Festo 175 2.3. Nos tribunais alemães 181 2.3.1. Acórdão Formstein 181 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha) 186		•	
2.2.2. Acórdão Hughes Aircraft 166 2.2.3. Acórdão Pennwalt 168 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 170 2.2.5. Acórdão Festo 175 2.3. Nos tribunais alemães 181 2.3.1. Acórdão Formstein 181 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha) 186			
2.2.3. Acórdão Pennwalt 168 2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 170 2.2.5. Acórdão Festo 175 2.3. Nos tribunais alemães 181 2.3.1. Acórdão Formstein 181 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha) 186			
2.2.4. Acórdão Warner Jenkinson 170 2.2.5. Acórdão Festo 175 2.3. Nos tribunais alemães 181 2.3.1. Acórdão Formstein 181 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha) 186			
2.2.5. Acórdão Festo 175 2.3. Nos tribunais alemães 181 2.3.1. Acórdão Formstein 181 2.3.2. Acórdão Improver (Alemanha) 186			
2.3. Nos tribunais alemães1812.3.1. Acórdão Formstein1812.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)186			
2.3.1. Acórdão Formstein1812.3.2. Acórdão Improver (Alemanha)186			
2.3.2. Acórdão <i>Improver</i> (Alemanha)			
1 , ,			
2.3.3. 11001000 0000000000000000000000000000		1 , ,	
2.3.4. Acórdão Okklusionsvorrichtung 194			

		INDICE
	2.4. Nos tribunais britânicos	204
	2.4.1. Acórdão Catnic	204
	2.4.2. Acórdão Improver (Reino Unido)	213
	2.4.3. Acórdão Kirin-Amgen	223
	2.4.4. Acórdão Actavis	241
	2.5. Noutras jurisdições	248
	2.6. Na Câmara de Recursos do IEP	255
3.	A aplicação da doutrina dos equivalentes em Portugal: O estado	
	da questão	255
	3.1. Enquadramento do tema	255
	3.2. Na doutrina	256
	3.3. Na jurisprudência	268
	a) Até à entrada em vigor do CPI de 2003	268
	b) Ao abrigo do CPI 2003	271
	Tribunal da Relação de Lisboa	271
	Tribunal Central Administrativo Sul	279
	Tribunais Arbitrais constituídos à luz da Lei nº 62/2011	280
4.	Os pressupostos de aplicação da doutrina dos equivalentes	286
	4.1. Enquadramento do tema	286
	4.2. O problema técnico	288
	4.3. O resultado	293
	4.4. A função	296
	4.5. O modo de funcionamento	298
5.	A interpretação das reivindicações à luz da doutrina dos	
	equivalentes	305
	5.1. Enquadramento do tema	305
	5.2. Critérios interpretativos do âmbito não literal das	
	reivindicações	308
	5.2.1. Regras e princípios legais	308
	5.2.2. Súmula das perspetivas comparadas	311
	5.2.3. A equivalência técnica da variante	319
	5.2.4. O teste da obviedade	319
	5.2.5. O limite colocado pelas reivindicações	323
	5.2.6. Síntese	335
	5.3. A «all elements rule»	336
	5.4. O momento da apreciação da equivalência e os	
	desenvolvimentos tecnológicos supervenientes	342

O ÂMBITO DA PATENTE E A DOUTRINA DOS EQUIVALENTES

5.5. A exceção do estado da técnica	348	
5.6. A relevância das renúncias e das declarações limitativas		
durante o procedimento de concessão de patente e		
em litígios posteriores	355	
CONCLUSÕES		
Bibliografia	379	
Jurisprudência	387	